

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

TRIBUTAÇÃO & FAZENDA PÚBLICA

**Meios Alternativos de
Cobrança de Tributos como
Instrumentos de Justiça Fiscal**

Curitiba
Juruá Editora
2016

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-5538-5

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Castro, Eduardo Moreira Lima Rodrigues de.

C355 Tributação & fazenda pública: meios alternativos
de cobrança de tributos como instrumentos de justiça
fiscal./ Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro./
Curitiba: Juruá, 2016.
228p.

1. Direito tributário. 2. Justiça fiscal. 3. Tributos.
I. Título.

CDD 343.04 (22.ed.)
CDU 336.2

000121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS PARA UM ESTUDO COMPLEXO DO DIREITO TRIBUTÁRIO	19
1.1 Os Limites do Universo Jurídico	19
1.2 A Influência do Paradigma Científico Moderno Sobre a Teoria Pura do Direito.....	22
1.3 O Direito Tributário Como Disciplina Jurídica e Produção Científica no Brasil.....	27
1.4 A Crise do Paradigma Científico Moderno e os Novos Rumos do Direito Tributário Brasileiro	31
1.5 Diretrizes Para Um Estudo Complexo das Sanções Políticas e dos Meios Alternativos de Cobrança de Tributos	36
2 SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONTENÇÃO DE ABUSOS FISCAIS	43
2.1 Introdução	43
2.2 Atividade Financeira do Estado, Tributação e Direito Tributário	43
2.3 Noção de Sistema no Direito: A Importância dos Princípios.....	47
2.4 Sistema Constitucional Tributário	52
2.4.1 Competência tributária e imunidades tributárias.....	55
2.4.2 Princípios tributários.....	60
2.4.2.1 Legalidade tributária	60
2.4.2.2 Isonomia tributária, capacidade contributiva e vedação ao confisco	63
2.4.2.3 Não surpresa tributária: irretroatividade, anterioridade e anterioridade nonagesimal.....	67
2.5 Conclusões Parciais	71

3	JUSTIÇA FISCAL E O DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS: O EQUILÍBRIO DO SISTEMA	73
3.1	Introdução	73
3.2	A Justiça e o Direito	74
3.3	Estado e Justiça Social	77
3.3.1	Justiça e bem-estar geral: utilitarismo	78
3.3.2	A liberdade como valor supremo da sociedade: os fundamentos do estado liberal.....	80
3.3.2.1	O liberalismo igualitário de Kant e Rawls.....	80
3.3.2.2	O pensamento libertário e o livre mercado.....	86
3.3.3	A teoria marxiana da revolução por meio da luta de classes	88
3.3.4	Estado solidário e comunitarismo: oposição à visão individualista liberal e o retorno da virtude	91
3.4	O Estado Democrático e Social de Direito Instituído Pela Constituição de 1988	94
3.5	Justiça Fiscal e o Dever Fundamental de Pagar Tributos.....	97
4	OS MÉTODOS CONVENCIONAIS DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E AS SANÇÕES POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS	101
4.1	Introdução	101
4.2	A Execução Fiscal da Dívida Ativa Tributária	102
4.2.1	Noções gerais.....	102
4.2.2	O procedimento executivo: petição inicial, citação pênhora	105
4.2.3	O contraditório na execução fiscal.....	106
4.2.4	A extinção da execução fiscal: expropriação patrimonial, pagamento ou declaração da inexistência da dívida	109
4.3	A Ação Cautelar Fiscal	109
4.3.1	Noções gerais.....	109
4.3.2	Aspectos procedimentais	111
4.3.3	Mérito e técnica de efetivação da tutela cautelar fiscal....	112
4.4	Os Resultados da Cobrança Judicial Convencional da Dívida Ativa Fazendária	115
4.5	As Sanções Políticas Tributárias	117
4.6	Praticabilidade Tributária e a Necessidade de Criação de Novos Instrumentos de Cobrança	121

5	OS DIVERSOS MEIOS DE COBRANÇA DE TRIBUTOS COMO INSTRUMENTOS DE JUSTIÇA FISCAL: DESCONSTRUINDO A TEORIA DAS SANÇÕES POLÍTICAS.....	123
5.1	Introdução.....	123
5.2	Sanções Políticas: Repensando Velhas Ideias.....	124
5.2.1	O rol aberto de privilégios e garantias do crédito tributário. Garantias ordinárias e garantias extraordinárias.....	124
5.2.2	Constituição do crédito tributário e inscrição em dívida ativa: unilateralidade x bilateralidade.....	127
5.2.2.1	Constituição bilateral do crédito tributário: consentimento legal.....	128
5.2.2.2	Constituição bilateral do crédito tributário: consentimento específico no momento do lançamento tributário.	129
5.2.3	Sobre a supralegalidade e a exclusividade da lei de execução fiscal.....	134
5.2.4	Meios alternativos de cobrança de tributos como instrumentos de proteção da ordem econômica.....	136
5.2.4.1	As duas acepções da expressão “ordem econômica”.....	136
5.2.4.2	Da ordem econômica liberal à ordem econômica social.....	137
5.2.4.3	Sonegação fiscal e ordem econômica.....	141
5.3	Limitações Constitucionais à Instituição de Meios Alternativos de Cobrança de Tributos.....	143
5.3.1	Legalidade.....	143
5.3.2	Respeito ao devido processo legal procedimental.....	145
5.3.3	Isonomia.....	147
5.3.4	Aplicação proporcional da medida e respeito aos direitos fundamentais.....	149
6	MEIOS ALTERNATIVOS DE COBRANÇA DE TRIBUTOS: ESPÉCIES.....	155
6.1	Protesto de Certidão de Dívida Ativa.....	155
6.1.1	Protesto de título e documentos de dívida: noções gerais.....	155
6.1.2	O protesto de certidão de dívida ativa como sanção política tributária.....	157
6.1.3	O protesto de certidão de dívida ativa como instrumento válido de cobrança de tributos.....	159

6.1.4	Novos horizontes jurisprudenciais: o Recurso Especial 1.126.515	163
6.2	O Requerimento de Falência da Empresa Devedora de Tributos ...	165
6.2.1	Introdução	165
6.2.2	Admissibilidade dos meios alternativos à execução fiscal para cobrança da dívida ativa tributária	166
6.2.3	A falência como mero substitutivo da ação de cobrança ...	166
6.2.4	Da não sujeição da cobrança do crédito tributário a concurso de credores ou habilitação em falência	168
6.2.5	A decretação da falência da empresa devedora de tributos como instrumento de proteção do mercado	171
6.2.6	Conclusão	173
6.3	A Exigência de Apresentação de Certidão Negativa de Débitos e os Cadastros de Inadimplentes Tributários	174
6.3.1	O regime jurídico das certidões negativas de débitos tributários	174
6.3.2	A instituição de novas hipóteses de exigência de certidão negativa de débitos por lei ordinária	176
6.3.3	Os limites para instituição de novas exigências de apresentação de certidões negativas de débitos tributários	178
6.3.4	Os Cadastros de Inadimplentes Tributários	181
6.4	As Medidas de Dissolução e Cancelamento das Empresas Devedoras de Tributos	182
6.4.1	A cobrança de tributos como instrumento de proteção da concorrência	182
6.4.2	Da aplicação das sanções previstas na Lei 12.529, de 30.11.2011 às empresas sonegadas de tributos	183
6.4.3	O cancelamento da inscrição da empresa fabricante de cigarros no cadastro de contribuintes do imposto sobre produtos industrializados em razão de práticas de sonegação fiscal	189
6.4.4	O cancelamento da inscrição da empresa atuante no setor de comércio e distribuição de combustíveis por dívidas tributárias: a Lei 17.617, de 09.07.2013 do Estado do Paraná	192
CONCLUSÃO		195
REFERÊNCIAS		199
ÍNDICE ALFABÉTICO		211